

## **MATERIAL DIDÁTICO II: PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Coordenador: GRACIELE MARJANA KRAEMER

**EDUCAÇÃO 2030: A RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA PRODUÇÃO DA GRAMÁTICA EDUCACIONAL** O presente trabalho integra a pesquisa "A Educação de Sujeitos com Deficiência no Brasil: A Perspectiva da Justiça Social na Racionalidade Neoliberal", desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Desigualdades, Inclusão e Políticas Educacionais (GEDIPE). O estudo compreende uma problematização sobre a gramática que molda a educação para 2030, a partir da análise do documento, "Educação 2030: Declaração de Incheon o Marco de Ação da Educação: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos" (UNESCO, 2015). Trata-se de um documento de ordem internacional, que reverbera nos investimentos e nas ações mobilizadas para a educação de nosso país. Ao desenvolver um estudo de análise documental, problematiza-se a perspectiva educacional prevista enquanto diretriz na Declaração. Em vista da metodologia adotada, parte-se da seguinte problemática: Qual é a gramática que constitui a educação para 2030? Na análise da Declaração verifica-se que a educação tem sido inscrita em uma racionalidade neoliberal, onde as diretrizes educacionais são organizadas a partir de uma perspectiva empreendedora, sustentada pelo léxico de eficiência, resultados, oportunidades de aprendizagem e formação para o mercado de trabalho. Considerando o enfoque da pesquisa, em determinados grupos sociais, entre eles, as pessoas com deficiência, observa-se que, na racionalidade neoliberal, esta gramática delinea um sistema de desigualdades múltiplas, por meio de distintas formas de vulnerabilidade operadas no campo da educação. Em específico, esta gramática empreendedora, quando traduzida para realidade dos sistemas de ensino fabrica processos de discriminação negativa e promove a segregação e a exclusão dos sujeitos com deficiência. Verifica-se assim, que a gramática da educação para 2030 molda diretrizes e princípios que alocam a educação na condição de mercadoria, em detrimento de uma perspectiva de justiça social, que assume a educação como um direito social.